



Luís Filipe Madeira, Universidade da Beira Interior

Título da comunicação: *A administração financeira das Províncias Ultramarinas de Portugal: a anatomia de um êxito político*

Resumo: O interesse dos projetos de investigação que se fundam no estudo dos recursos financeiros alocados à conceção e execução de políticas públicas reside fundamentalmente na adoção de critérios quantitativos de análise que conferem objetividade ao processo de avaliação das políticas governamentais. No entanto, para que as finanças públicas sejam um instrumento eficaz de pesquisa, dois pressupostos têm, necessariamente, de se verificar: a contabilidade pública tem que, por um lado, registar as receitas e as despesas de modo a que o registo não obscureça a natureza dos fluxos e, por outro lado, os registos devem ser o reflexo fiel do volume de meios financeiros mobilizados pelo governo e pela administração pública durante o ano fiscal.

Ora, no que concerne o Império Colonial Português, tudo indica que a contabilidade pública colonial dos anos 1951-1974 não satisfaz estes critérios mínimos de rigor. Embora todos os estudos até hoje consagrados às políticas públicas deste período pressuponham que os fluxos inscritos nas contas de exercício das colónias refletem com honestidade o volume e a natureza dos meios financeiros utilizados pela administração colonial, uma análise detalhada da contabilidade pública do Estado Novo revela que os documentos financeiros oficiais das províncias ultramarinas não só organizam de modo pouco transparente as despesas e as receitas públicas como, mais grave ainda, não registam a totalidade dos meios financeiros que foram indispensáveis à administração colonial. Neste contexto, para que as contas oficiais das colónias possam tornar-se num instrumento adequado de estudo das políticas públicas levadas a cabo pelo regime colonial, uma prévia correção dupla é imprescindível.

Com efeito, dado que o modelo contabilístico adotado pelo Estado Novo era pouco resistente à manipulação, uma primeira correção consistirá na submissão dos fluxos financeiros inscritos nas contas oficiais das colónias a princípios alternativos de organização contabilística - um processo que permitirá denunciar o carácter artificial do milagre financeiro de Salazar nos trópicos. No entanto, o real desequilíbrio das finanças públicas coloniais é bem mais grave do que a simples correção dos fluxos oficiais poderia fazer supor. Na realidade, dado que uma fração significativa das receitas e despesas indispensáveis à governação colonial não se encontra inscrita nas contas das províncias ultramarinas, uma segunda correção das contas oficiais em função dos fluxos não registados nos documentos financeiros das colónias permitirá, pela primeira vez, revelar a verdadeira origem das receitas, a efetiva natureza das despesas e a real dimensão dos desequilíbrios financeiros que caracterizaram a governação colonial.

Por fim, o padrão de alocação dos recursos financeiros às diferentes políticas promovidas pelo governo colonial, após a dupla correção proposta, revela uma hierarquia de prioridades políticas completamente distinta da que, tendo sido propagandeada pelo regime colonial, continua a dominar o inconsciente coletivo e a historiografia colonial.

Palavras-chave: finanças públicas, contabilidade criativa, estrutura oculta, política colonial